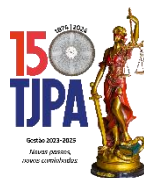




PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



SERVIÇO DE LICITAÇÕES

DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

TJPA – EDITAL DO PE 025/2026 (90025/2026) – Contrato sob demanda do serviço de locação de veículos automotivos blindados e não blindados. SEI - 0017323-96.2025.8.14.0900

Para participar, é essencial conhecer os normativos internos do TJPA.

INSTRUÇÕES
NORMATIVAS
TJPA



Endereço do Serviço de Licitações:
Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.
Retire o edital e acompanhe esta licitação
e seus atos, via **www.comprasnet.gov.br**



CONTATO

licitacao@tjpa.jus.br
(91) 3205-3257

← Portal de
Licitações do
TJPA



**SERVIÇO DE
LICITAÇÕES**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

VITRINE – MURAL



OBJETO E DATA DE ABERTURA

OBJETO: Contrato sob demanda do serviço de locação de veículos automotivos blindados e não blindados.

DATA DE ABERTURA: 22/06/2026

HORÁRIO: 09:00

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA

CRITÉRIO PARA LANCE: Menor Preço

TIPO: Menor Preço por grupo e item

MODO DE DISPUTA: Aberto



NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG

TJPA- SEI 0017323-
96.2025.8.14.0900
UASG: 925942



PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA

PRAZO: 02 horas após solicitação do agente de contratação



VALOR ESTIMADO

VALOR GLOBAL DO CERTAME:
R\$ 8.578.070,22



LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

[] SIM [X] NÃO



REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

JURÍDICA: Item 8.18

FISCA E TRABALHISTA: Item 8.19

ECONÔMICA: Item 8.20

TÉCNICA: Item 8.21



PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

PRAZO: Até às 23h59min do dia 17/06/2026

FORMA: via e-mail:
licitacao@tjpa.jus.br



INFORMAÇÕES GERAIS

A garantia, realizada via seguro-garantia, deve ser prestada no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

Sumário

1. PREÂMBULO.....	4
2. DO OBJETO	6
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	7
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	12
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	13
7. DA FASE DE JULGAMENTO	177
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	20
9. TERMO DE CONTRATO.....	265
10. DOS RECURSOS.....	26
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	27
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	30
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	311



1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria 010/2026-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 18 de maio de 2026, torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Instrução Normativa nº 002/2024/TJPA de 17 de maio de 2024, da Portaria nº 016/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: licitacao@tjpa.jus.br, informando sempre o número do pregão e seu objeto.

1.2. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

1.3. **FONTE DE RECURSOS:**

Dotação	: 2026/220 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	117.571,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058		
Item de Despesa	: 2964 - Locação Eventual de Veículos (SEADM)		
Dotação	: 2026/379 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	404.301,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058		
Item de Despesa	: 2964 - Locação Eventual de Veículos (SEADM)		
Dotação	: 2027/220 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	255.963,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058		
Item de Despesa	: 2964 - Locação Eventual de Veículos (SEADM)		
Dotação	: 2027/379 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	2.170.353,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058		
Item de Despesa	: 2964 - Locação Eventual de Veículos (SEADM)		
Dotações utilizadas pelo Pedido :			
Dotação	: 2028/220 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	117.571,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058		
Item de Despesa	: 2964 - Locação Eventual de Veículos (SEADM)		
Dotação	: 2028/379 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	1.785.941,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058		
Item de Despesa	: 2964 - Locação Eventual de Veículos (SEADM)		

Dotações utilizadas pelo Pedido :

Dotação	: 2026/114 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	116.155,70
Programa de Trabalho	: 04.102.02.061.1417.8176 - Implementação do Programa de Segurança e acesso aos prédios do Poder Judiciário - 1º		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.39.14.00.00.00 - LOCACAO BENS MOVEIS OUT.NATUR.E INTANGIVEIS		
Item de Despesa	: 2883 - Locação de veículo eventual		
Dotação	: 2027/114 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	442.537,58
Programa de Trabalho	: 04.102.02.061.1417.8176 - Implementação do Programa de Segurança e acesso aos prédios do Poder Judiciário - 1º		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.39.14.00.00.00 - LOCACAO BENS MOVEIS OUT.NATUR.E INTANGIVEIS		
Item de Despesa	: 2883 - Locação de veículo eventual		
Dotação	: 2028/114 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	3.167.525,64
Programa de Trabalho	: 04.102.02.061.1417.8176 - Implementação do Programa de Segurança e acesso aos prédios do Poder Judiciário - 1º		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.39.14.00.00.00 - LOCACAO BENS MOVEIS OUT.NATUR.E INTANGIVEIS		
Item de Despesa	: 2883 - Locação de veículo eventual		

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br> .



2. DO OBJETO

2.1. Contratação sob demanda do serviço de locação de veículos automotivos blindados e não blindados.

2.1.1 A licitação será realizada em 01 (um) grupo e itens (item 16 ao item 22), sendo que o grupo contém diversos itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens.

2.1.2 Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não haverá participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006..

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 pessoas física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.2.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

3.6.2.2 estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

3.6.2.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

3.6.3 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.6.4 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.6 pessoas física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.7 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.8 pessoas jurídicas em consórcio.

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6 seus subitens serão também aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A vedação de que trata o item 3.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Para fins de análise e julgamento, o licitante melhor classificado na fase de lances deverá encaminhar, quando convocado pela pregoeira, simultaneamente a proposta de preços e a documentação de habilitação, em conformidade com os critérios objetivos definidos neste instrumento convocatório. Só estarão aptos à fase de análise de amostras os licitantes classificados e habilitados.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5 O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. A comprovação será realizada mediante consulta à certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5.1 Da análise da documentação apresentada, poderão ser identificadas as seguintes situações:

4.5.1.1 Caso seja comprovado o cumprimento das exigências legais, o licitante será considerado habilitado para prosseguir no certame.

4.5.1.2 Na hipótese de descumprimento ou ausência da comprovação, o Tribunal de Justiça notificará o licitante para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa e a critério da administração, apresente a Certidão atualizada que demonstre a regularidade no cumprimento da reserva de cargos.

4.5.1.3 O não atendimento ao disposto no item 4.5.1.2 no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante, conforme previsão contida na legislação vigente.

4.6 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for caso.

4.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item, quando for o caso.

4.7.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8 A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13.3 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor

5.1.1 Marca;

5.1.2 Fabricante.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.



6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 6.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.
- 6.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos

subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1 empresas estabelecidas no Estado do Pará;

6.18.2.2 empresas brasileiras;

6.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3 Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

6.20 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4 O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

6.21 Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

- 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 O agente de contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

7.8.1 O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

7.8.2 Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

7.8.3 Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

7.9 No caso de **bens** e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

7.9.2 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.3 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio admitido pela administração.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei nº 9.990 (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8.1 O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o item 4.5 e seus subitens do presente instrumento convocatório.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12 A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação. No presente certame os documentos de habilitação serão solicitados juntamente com a proposta.

8.12.2 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

8.12.3 Na hipótese da fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14 A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.15 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.18 Habilitação jurídica:

8.18.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.18.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.18.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.18.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.18.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.18.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.18.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.19 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.19.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.19.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.19.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19.6 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20 Qualificação Econômico-Financeira:

8.20.1 Conforme subitem 14.8.2. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.21 Qualificação Técnica:

8.21.1 Conforme Item 14.8.1. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.22 O(A) agente de contratação deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

8.22.1 A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

8.22.2 Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da pré-existência de condição ao tempo da abertura da licitação.

8.22.3 A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.23 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.25 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova

documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.24 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.22 e seu subitem, o agente de contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.25 O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.25.1 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

8.26 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.27 O TJPA possibilitará 01 (uma) oportunidade para que o licitante inclua documento novo que comprove condição pré-existente.



9 DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, sendo o caso de contratação, será formalizado o instrumento contratual ou outro instrumento equivalente, nos termos deste Edital.

9.2. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura do instrumento contratual ou para aceitação ou retirada de instrumento equivalente, devendo atendê-la no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

9.3. A convocação para assinatura dar-se-á por meio eletrônico, mediante envio, ao endereço eletrônico informado pelo adjudicatário, de:

I – link para realização de cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, quando ainda não possuir acesso; e

II – link para assinatura eletrônica do instrumento contratual, após a efetivação do cadastro.

9.4. O prazo previsto no item 9.2 abrange:

I – a realização do cadastro no SEI; e

II – a assinatura eletrônica do instrumento contratual ou a aceitação ou retirada do instrumento equivalente.

9.5. O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, inclusive quanto à realização do cadastro no SEI, será considerado recusa injustificada à contratação.

9.6. O prazo previsto no item 9.2 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário, apresentada durante o seu transcurso, e desde que aceita pela Administração.

9.7. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o termo de contrato, nem aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

9.8. Previamente à assinatura do instrumento contratual, será verificada a manutenção das condições de habilitação e contratação exigidas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

9.9. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência."



10. DOS RECURSOS

10. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.3 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.4 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.6 deixar de apresentar amostra;

11.1.7 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.8 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.9 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

11.1.10 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.11 fraudar a licitação.

11.1.12 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.12.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.12.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.12.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.13 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.14 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 Advertência:

11.2.2 Multa:

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar:

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 As multas serão estabelecidas conforme especificado no item 18 do Termo de Referência e recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1, 11.1.1 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.11, 11.1.12, 11.1.13 e 11.1.14, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1, 11.1.1 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão

composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.2 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico:** licitação@tjpa.jus.br .

12.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.2** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 13.11** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos
- 13.11.2 ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato

Belém/PA, 03 de junho de 2026.

MAURICIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



TERMO DE REFERÊNCIA COORDENADORIA MILITAR Nº 06 - VERSÃO 01

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOB DEMANDA DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO
de veículo automotivo blindado e não blindados**

PROCESSO EI Nº 0017323-96.2025.8.14.0900



**MANUAL DAS
CONTRATAÇÕES**

**PLANO ANUAL
DE
CONTRATAÇÕES**

TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO
ESTADO DO
PARÁ



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 001 / 2023 TJPA**

FASE DE
PLANEJAMENTO
DA
CONTRATAÇÃO



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 002 / 2024 TJPA**

FASE DE
SELEÇÃO DO
FORNECEDOR



1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023

1.1. Da definição

Contratação sob demanda do serviço de locação de veículos automotores, blindados (nível III-A) e não blindados, com e sem motorista, com quilometragem livre, com cobertura de seguro total, manutenção preventiva e corretiva, assistência 24 horas e substituição do veículo, para atendimento das demandas das unidades judiciárias e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com especial atenção às ações de segurança institucional coordenadas pela Coordenadoria Militar, bem como às necessidades do Departamento de Patrimônio e Serviço (DPS), nos termos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

Assim, define-se as ações:

- a. **Das ações de segurança institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, incluindo transporte da Presidência, magistrados em situação de risco e operações coordenadas pela Coordenadoria Militar;
- b. **Das demandas do Departamento de Patrimônio e Serviço (DPS/TJPA)**, no âmbito de suas competências, garantindo suporte logístico e operacional às diversas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário, para transporte de servidores, materiais, equipamentos e apoio às atividades-meio e finalísticas;
- c. **Das operações administrativas e judiciais realizadas na capital e no interior**, assegurando continuidade do serviço público, disponibilidade de frota sob demanda e economicidade para a Administração.

1.2. Da natureza – Escolher uma das opções abaixo:

☐ Fornecimento / Aquisição de bens

☒ Contratação de serviços

☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☒ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

☐ Contratação de serviços de arquitetura engenharia

☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

☐ Contratação de serviços especiais

☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

☒ Não
☐ Sim – Justificativa:

GRUPO	Item	Tipo de Veículo	Região de entrega	Indicador Físico		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
				Und	Qtd Máx. a Contratar		
	1	Locação eventual de veículos automotivos BLINDADOS tipos sedans executivos em condição locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com no máximo 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 km, com quilometragem livre.	Região A	Diárias	120	1.487,35	178.482,00
	2	Locação eventual de veículos automotivos tipo sedan executivo em condição de locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, quilometragem livre.	Região A		160	645,26	103.241,60
	3		Região B		60	1.291,40	77.484,00
	4		Região C		50	1.294,98	64.749,00
	5		Região D		50	1.294,98	64.749,00
	6	Locação eventual de veículo automotivos tipo pick-up em condição locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, quilometragem livre.	Região A		500	835,05	417.525,00
	7		Região B		120	1.803,64	216.436,80
	8		Região C		100	1.801,85	180.185,00
	9		Região D		80	1.801,85	144.148,00
	10	Locação eventual de veículos tipo sedan pequeno: Com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, na cor preto ou cinza sólido, modelo “sedan”, movido a combustível flex (gasolina/álcool), com 5 (cinco) portas, motor com potência mínima acima de 90 cavalos, com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.	Região A		200	498,05	99.610,00
	11		Região B		40	956,09	38.243,60
	12		Região C		20	956,09	19.121,80
	13		Região D		40	959,66	38.366,40
	14	Locação eventual de veículos automotivos tipos SUV, blindado, em condição de locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 km, quilometragem livre.	Região A		60	2.763,33	165.799,80
	15	Locação eventual de veículos automotivos tipos Van e no máximo 50.000 km, com no mínimo 18 (dezoito) passageiros, em condição de locação eventual – por demanda aleatória – com motorista, com até 02 (dois) anos de uso, quilometragem livre.	Região A		2.060	1.935,00	3.986.100,00
Total estimado da contratação							5.794.262,00
Total de Previsão de Execução no ano							2.897.121,00

Item	Tipo de Veículo	Região de entrega	Indicador Físico			Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
			Und	Qtd Máxima de Veículos	Qtd Máx. a Contratar Mês		
16	Locação mensal de veículo automotor tipo sedan pequeno, sem motorista, com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, com quilometragem livre, sem motorista, conforme especificações técnicas mínimas definidas no item 7.1 deste TR.	Região A	Veículo/Mês	10	24	4.338,99	104.135,76
17	Locação mensal de veículo automotor tipo pick-up com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, com quilometragem livre, sem motorista, conforme especificações técnicas mínimas definidas no item 7.1 deste TR.			02	24	13.570,00	325.680,00
18	Locação mensal de veículo automotor tipo SUV, BLINDADO, em condição de locação continuada, sem motorista, com até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 40.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas no item 7.1 deste TR.			05	24	25.590,00	614.160,00
19	Locação mensal de veículo automotor tipo SUV, sem motorista, com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas no item 7.1 deste TR.			06	24	19.626,94	471.046,56
20	Locação mensal de veículo automotor tipo sedan executivo, BLINDADO, sem motorista, com até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 40.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas no item 7.1 deste TR.			05	24	13.580,00	325.920,00
21	Locação mensal de veículo automotor tipo Van, com no mínimo 18 (dezoito) passageiros, por demanda aleatória, com motorista, com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas no item 7.1 deste TR.			03	14	20.821,85	291.505,90
22	Locação mensal de veículo automotor tipo pick-up, sem motorista, 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas no item 7.1 deste TR.	Região B, C e D		03	48	13.570,00	651.360,00
Total estimado da contratação							2.783.808,22
Total de Previsão de Execução no ano							1.391.904,11

As quantidades estimadas constantes da tabela destinam-se exclusivamente à composição do valor de referência da contratação, não constituindo garantia de consumo mínimo ou máximo.

O quadro abaixo apresentar os limites mínimos e máximo de veículos que poderão ser demandados concomitantemente por tipo e categoria, servindo como parâmetro de capacidade operacional da contratada, sem prejuízo da flexibilidade inerente ao modelo de fornecimento sob demanda.

Tipo de Veículo	Região de entrega	Qtd max de veic. solicitado simultaneamente
Locação eventual de veículos automotivos blindados tipos sedans executivos em condição locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com no máximo 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 km, com quilometragem livre.	Região A	3
Locação eventual de veículos automotivos tipo sedan executivo em condição de locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, quilometragem livre.	Região A	3
	Região B	3
	Região C	3
	Região D	3
Locação eventual de veículo automotivos tipo pick-up em condição locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, quilometragem livre.	Região A	3
	Região B	3
	Região C	3
	Região D	3
Locação eventual de veículos tipo sedan pequeno: Com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, na cor preto ou cinza sólido, modelo “sedan”, movido a combustível flex (gasolina/álcool), com 5 (cinco) portas, motor com potência mínima acima de 90 cavalos, com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.	Região A	5
	Região B	5
	Região C	5
	Região D	5
Locação eventual de veículos automotivos tipos SUV, blindado, em condição de locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 km, quilometragem livre.	Região A	2
Locação eventual de veículos automotivos tipos Van e no máximo 40.000 km, com no mínimo 18 (dezoito) passageiros, em condição de locação eventual – por demanda aleatória – com motorista, com até 02 (dois) anos de uso, quilometragem livre.	Região A	3
Locação mensal de veículo automotor tipo sedan pequeno, sem motorista, com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, com quilometragem livre, sem motorista, conforme especificações técnicas mínimas definidas neste TR	Região A	10
Locação mensal de veículo automotor tipo pick-up com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, com quilometragem livre, sem motorista, conforme especificações técnicas mínimas definidas neste TR		02
Locação mensal de veículo automotor tipo SUV, BLINDADO, em condição de locação continuada, sem motorista, com até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 40.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas neste TR.		05
Locação mensal de veículo automotor tipo SUV, sem motorista, com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas neste TR.		06
Locação mensal de veículo automotor tipo sedan executivo, BLINDADO, sem motorista, com até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 40.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas neste TR.		05
Locação mensal de veículo automotor tipo Van, com no mínimo 18 (dezoito) passageiros, por demanda aleatória, com motorista, com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas neste TR.		03
Locação mensal de veículo automotor tipo pick-up, sem motorista, 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, quilometragem livre e conforme especificações técnicas mínimas definidas neste TR.	Região B, C e D	03

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

3.1. Fundamentação:

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar **continuidade, flexibilidade e capacidade de resposta** do Tribunal de Justiça do Estado do Pará diante de demandas variáveis e imprevisíveis relacionadas ao transporte institucional, especialmente no âmbito da **segurança institucional**, proteção de autoridades e

operações coordenadas pela Coordenadoria Militar, além do atendimento às demandas administrativas e jurisdicionais das diversas unidades do Poder Judiciário.

O Estudo Técnico Preliminar concluiu que a alternativa mais vantajosa consiste na adoção da **Solução 05 (fornecimento de veículos com e sem motorista)**, por integrar os benefícios operacionais e econômicos de soluções anteriormente analisadas, mitigando os riscos de adoção exclusiva de um único modelo.

Nesse contexto, o fornecimento **sem motorista** é definido como regra, por assegurar maior **controle institucional, preservação do sigilo operacional**, menor custo global e aderência às diretrizes de segurança, especialmente em deslocamentos de magistrados e autoridades em situação de risco e na utilização de veículos blindados.

Paralelamente, prevê-se o fornecimento **com motorista** como hipótese excepcional, acionável conforme necessidade concreta e devidamente justificada, permitindo suprir lacunas operacionais em situações específicas, como deslocamentos coletivos, operações emergenciais, ou indisponibilidade circunstancial de condutores habilitados, reforçando a eficiência do serviço público e mitigando riscos de descontinuidade operacional.

No que se refere às demandas eventuais (diárias), o ETP identificou que a segmentação territorial com baixa densidade de acionamentos no interior não alcança escala mínima para atratividade econômica, uma vez que os custos de mobilização, deslocamento, entrega, retirada e eventual substituição de veículos tendem a superar o valor econômico do atendimento eventual fragmentado, elevando significativamente a probabilidade de itens desertos ou fracassados. Assim, com vistas a assegurar preços exequíveis, ampliar o universo de licitantes e garantir a continuidade do serviço público, adota-se a consolidação das demandas eventuais (diárias) da capital e do interior em **lote único de disputa**, de modo que o volume mais recorrente da capital contribua para viabilizar o atendimento às localidades interioranas, mitigando o impacto do alto custo logístico para o mercado.

Por fim, mantêm-se os polos regionais exclusivamente como referência operacional de execução e atendimento, orientando o planejamento logístico da contratada e possibilitando, quando necessário e autorizado, a utilização de subcontratação parcial para cobertura de localidades mais remotas.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PAC no PNCP:	Data de publicação no PNCP:	Código da contratação no PAC:	Classe/Grupo:
		COMIL02A26 e COMIL03A26	

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023

A demanda exige o fornecimento eventual e/ou continuado de veículos automotores, com e sem blindagem, aptos a atender às condições operacionais de segurança institucional, bem como ações de cunho administrativo, necessárias para o desenvolvimento das atividades jurisdicionais e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Para garantir que a futura contratação seja adequada às necessidades da Administração e promova o atendimento seguro, eficiente e tempestivo às situações demandadas.

Assim, se faz necessário o atendimento de requisitos e especificações, as quais estão diretamente relacionados à natureza crítica da demanda, à integridade dos usuários dos veículos e à necessidade de resposta imediata em contextos de segurança institucional. Foram definidos com base em experiências anteriores do TJPA, parâmetros técnicos reconhecidos no setor e boas práticas administrativas.

a. **Ano de fabricação e estado de conservação dos veículos:** Recomenda-se que os veículos disponibilizados tenham, no máximo, 02 (dois) anos de uso e no máximo 30.000 km (trinta mil quilômetros) rodados para os não blindados. Para os blindados, os veículos devem possuir até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 (cinquenta mil quilômetros) rodados. Estejam em perfeito estado de funcionamento e conservação. Isso assegura maior confiabilidade mecânica, redução de riscos operacionais e compatibilidade com os padrões de imagem e eficiência esperados da Administração Pública.

b. **Blindagem balística nível III-A (nos casos aplicáveis):** A blindagem é fundamental para os veículos destinados ao transporte de autoridades em situação de risco, conforme protocolo de segurança institucional da Coordenadoria Militar. O nível III-A é o mais indicado por fornecer proteção contra armas de porte e ser o mais utilizado em veículos civis no Brasil.

c. **Seguro total contra danos e sinistros:** A exigência de seguro integral resguarda o interesse público contra prejuízos decorrentes de eventuais acidentes, furtos ou outras ocorrências durante o uso dos veículos, garantindo maior segurança jurídica e patrimonial ao TJPA.

d. **Rastreamento em tempo real:** A presença de sistema de rastreamento veicular via satélite (GPS ou similar) é requisito essencial para permitir o monitoramento de deslocamentos estratégicos, bem como atuação rápida em eventuais incidentes.

e. **Quilometragem livre:** Considerando a natureza operacional da demanda, especialmente em deslocamentos imprevisíveis ou longos, exige-se a disponibilização de veículos sem limitação de quilometragem, de forma a evitar ônus adicionais à Administração.

f. **Disponibilidade regional ampla:** Os veículos devem ser fornecidos em diferentes regiões do Estado, com capacidade de atendimento tanto na Região Metropolitana de Belém quanto em localidades do interior, garantindo cobertura operacional descentralizada e alinhada à atuação territorial do TJPA.

g. **Substituição em caso de avarias ou indisponibilidade:** Para garantir a continuidade dos serviços, deve ser prevista a substituição dos veículos em até 24 horas, nos casos de veículos não blindados, e até 48 horas para os veículos blindados, em caso de pane, acidente ou outro tipo de impedimento.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023

5.1. Da sustentabilidade

(X) Financeira: A adoção do contrato sob demanda possibilita otimização de recursos orçamentários, pois viabiliza o fornecimento sob demanda, evitando a imobilização de capital em frota própria, que geraria custos com aquisição, documentação, manutenção e depreciação. O pagamento será efetuado apenas pelos dias ou meses, efetivamente, utilizados, promovendo maior previsibilidade e controle da despesa. Além disso, a contratação de veículos com até dois anos de uso reduz riscos de falhas mecânicas e de manutenção corretiva imprevista, evitando custos adicionais e interrupções no serviço.

(X) Ambiental: A contratação deve priorizar veículos mais novos e com menor impacto ambiental, disponíveis no mercado, reduzindo significativamente a emissão de poluentes e melhora a eficiência energética. A renovação periódica da frota contribui para redução da pegada de carbono e para o alinhamento às políticas públicas de mitigação de mudanças climáticas. Exige-se, ainda, que os veículos sejam devidamente mantidos e calibrados, garantindo menor consumo de combustível e maior vida útil dos pneus, reduzindo o descarte de resíduos.

(X) Social: A contratação contribuirá para a segurança de magistrados e servidores, mitigando riscos de violência e garantindo a continuidade da prestação jurisdicional. Os

contratos exigirão que a empresa fornecedora esteja regular em suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, promovendo trabalho formal e digno. Sempre que aplicável, poderá ser exigida comprovação de boas práticas de inclusão social e capacitação dos trabalhadores envolvidos, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

(X) Outros: A solução contratual reduz a necessidade de manutenção de frota própria, liberando espaço físico, recursos humanos e tempo de gestão que podem ser redirecionados para as atividades-fim do Tribunal. Também amplia a resiliência institucional, pois permite que veículos sejam rapidamente substituídos em casos de pane ou indisponibilidade, sem comprometer a execução das operações de segurança ou de transporte de materiais e pessoas. A utilização do contrato sob demanda permite ainda ganho de escala, já que outros órgãos do Poder Judiciário poderão aderir à ata, promovendo uniformidade de soluções e redução global de custos.

() Não se aplica

Justificativa:

5.2. Indicação de marcas ou modelos - art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021

As indicações de **marcas e modelos** estão previstas **no item 7.2 deste instrumento**, como forma de orientação para apresentação das propostas.

() NÃO SE APLICA

5.3. Da vedação de contratação de marca ou produto

(X) NÃO SE APLICA

5.4. Da exigência de amostra

(X) NÃO SE APLICA

5.5. Da exigência de carta de solidariedade

() NÃO SE APLICA

5.6. Da subcontratação - – art. 54, da IN nº 02/2024

() Não será admitida a subcontratação.

() Será admitida a subcontratação do objeto.

(X) Será admitida a subcontratação de parte do objeto.

- a. Poderá haver subcontratação parcial de até 50% (cinquenta por cento) do valor/quantitativo do contrato, em conformidade com o Art. 41 da IN nº 01/2023-TJPA ou art. 54 da IN nº 02/2024, mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto

- b. A subcontratação depende de autorização expressa prévia do DEMANDANTE, a quem cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessária para a execução do objeto.
- c. A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- d. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da LICITANTE a perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.7. Da garantia da fase de seleção do fornecedor

(X) NÃO SE APLICA

5.7.1. Garantia para participação da licitação

(X) NÃO SE APLICA

5.7.2. Garantia adicional – para os casos de pagamento antecipado

(X) NÃO SE APLICA

5.8. Da prova de conceito

(X) NÃO SE APLICA

5.9. Garantia Contratual

5.9.1 A Contratada apresentará garantia em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, podendo optar pelas seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total em favor da Administração.

I - Para as modalidades de caução, fiança bancária ou título de capitalização, o prazo para apresentação será de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

II - Caso a Contratada opte pela modalidade seguro-garantia, a prestação da garantia deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da homologação da licitação e obrigatoriamente antes da assinatura do instrumento contratual, em estrita observância ao Art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/2021."

5.9.2 A validade deve alcançar a execução devendo ser renovada a cada prorrogação;

5.9.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá contemplar a total vigência contratual e assegurará o pagamento de:

- i - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- ii - Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;

5.9.4 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.9.5 Tratando-se de Seguro-Garantia, será concedido o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

5.9.6 As modalidades seguro-garantia e fiança-bancária somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados nas alíneas do parágrafo anterior.

5.9.7 Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

5.9.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica indicada por essa, com atualização monetária, de acordo com os critérios da instituição bancária em que for realizado o depósito;

5.9.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.9.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

5.9.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.9.12 A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, em prazo não superior a 20 (vinte) dias úteis, contados da solicitação formalizada pela CONTRATADA, desde que não haja qualquer pendência por parte da mesma.

5.9.13 A Coordenadoria de Convênios e Contratos procederá à primeira notificação à CONTRATADA para o cumprimento da garantia, quando do envio das vias contratuais e eventuais aditivos para assinatura.

5.9.14 Caberá ao fiscal do contrato, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, nos limites de suas competências, o acompanhamento do

cumprimento da prestação da garantia referente ao contrato e eventuais aditivos, procedendo ao necessário para o seu recebimento.

6 MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023

(X) NÃO SE APLICA

Obrigatória, nos casos de:

() Serviços de grande vulto

() Serviços de engenharia em regimes de contratação integrada e semi-integrada

Facultativa, mas será aplicada no presente caso:

() Aquisições e serviços diversos

Matriz de riscos - Anexo I do TR.

7 ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023

7.9 Catálogo eletrônico de padronização.

() Sim

(X) Não

Justificativa:

O objeto deste instrumento não possui catálogo padronizado eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Apesar da previsão do Catálogo Eletrônico de Padronização de Bens e Serviços (art. 19 da Lei nº 14.133/2021 e art. 7º da IN nº 01/2023-TJPA), até a presente data não há registro consolidado de padronização para veículos de locação que atenda aos requisitos técnicos e operacionais específicos do TJPA, como:

- Blindagem nível III-A;
- Quilometragem livre e manutenção inclusa;
- Seguro total e assistência 24h;
- Disponibilidade em diferentes localidades do Estado;
- Prazo de entrega máximo de 48h.

Dessa forma, a Administração utilizou, para elaboração do ETP e do presente Termo de Referência, referências técnicas de fabricantes, editais e atas de outros órgãos públicos (como STF, TJRN, TRT-5 e MPF), bem como pesquisa de mercado atualizada com fornecedores locais e nacionais, de modo a garantir a adequada caracterização do objeto, a isonomia entre os licitantes e a vantajosidade da contratação.

7.10 Especificação

a. Especificações de veículos e blindagem (quando houver):

- i. Veículo terrestre tipo sedan compacto, conforme especificações e condições abaixo:

Critério Técnico	Especificação Mínima Requerida	Modelos de Referência
Categoria	Sedan pequeno, 4 portas, motor flex	Voyage, Siena, Onix Plus ou similares
Ano/Modelo	Igual ou superior ao vigente, admitindo até 02 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados para os não blindados	
Capacidade de Passageiros	5 (incluindo o condutor)	
Motorização	1.0 a 1.6 litro, flex (gasolina/etanol)	
Potência Mínima	75 cv (etanol) / 70 cv (gasolina)	
Transmissão	Manual 5 marchas ou automática 6 marchas	
Direção	Hidráulica ou elétrica	
Porta-Malas	Capacidade mínima de 450 litros	
Segurança	Airbags frontais (motorista e passageiro), freios ABS com EBD	
Conforto	Ar-condicionado, vidros elétricos dianteiros e traseiros, travas elétricas, acionamento remoto	
Pneus/Estepe	Em perfeitas condições, com estepe compatível	
Cor Externa	Neutra (branco, prata, cinza ou preto)	
Quilometragem	Livre durante o período de fornecimento	
Seguro	Cobertura total (roubo, furto, colisão, incêndio e danos a terceiros)	
Assistência 24h	Incluindo reboque, socorro mecânico e substituição do veículo	
Manutenção	Preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada	
<p>a. Os modelos de referência indicados (Volkswagen Voyage, Fiat Siena, Chevrolet Onix Plus) são utilizados exclusivamente para definir o padrão técnico mínimo esperado, não representando marca ou fabricante preferencial, em respeito ao princípio da isonomia previsto na Lei nº 14.133/2021.</p> <p>b. As especificações acima foram extraídas de pesquisas em sites de fabricantes e locadoras (como Localiza, Movida, Unidas), bem como de editais de outros órgãos públicos, refletindo condições amplamente praticadas no mercado nacional.</p>		

- ii. Veículo terrestre tipo SUV compacto, conforme especificações e condições abaixo:

Critério Técnico	Especificação Mínima Requerida	Modelos de Referência
Categoria	SUV médio ou grande, 4 portas, motor flex ou diesel	Toyota SW4, Mitsubishi Pajero, Chevrolet Trailblazer ou similares
Ano/Modelo	Igual ou superior ao vigente, admitindo até 02 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados para os não blindados Igual ou superior ao vigente, admitindo até 04 anos de uso e no máximo 50.000 e 40.000 km rodados para os blindados respectivamente, para as condições diárias e mensal.	
Capacidade de Passageiros	Mínimo de 5 e máximo de 7 ocupantes	
Motorização	Potência mínima de 2.7 litros (flex) ou 2.4 litros (diesel)	
Potência Mínima	160 cv	
Transmissão	Automática com no mínimo 6 marchas	
Tração	4x2 ou 4x4 (seletiva ou integral), com seletor eletrônico ou alavanca	
Direção	Assistida hidráulica ou elétrica	
Porta-Malas	Capacidade mínima de 500 litros (configuração com 5 lugares)	
Segurança	Airbags frontais, laterais e de cortina; freios ABS com EBD; controle eletrônico de estabilidade e tração	
Conforto	Ar-condicionado digital ou automático com múltiplas zonas; vidros elétricos em todas as portas; travas elétricas com acionamento remoto; sistema multimídia com tela e conectividade Bluetooth/USB	
Pneus/Estepe	Em perfeitas condições, com estepe compatível	
Cor Externa	Neutra (branco, prata, cinza ou preto)	
Quilometragem	Livre durante o período de fornecimento	
Seguro	Cobertura total (roubo, furto, colisão, incêndio e danos a terceiros)	
Assistência 24h	Incluindo reboque, socorro mecânico e substituição do veículo	
Manutenção	Preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada	
<p>a. Os modelos de referência indicados (Toyota SW4, Mitsubishi Pajero, Chevrolet Trailblazer) foram utilizados unicamente para definir um padrão técnico mínimo, sem caracterizar direcionamento de marca ou modelo, em observância ao princípio da isonomia previsto na Lei nº 14.133/2021.</p>		

- b. As especificações foram levantadas a partir de informações técnicas de fabricantes, locadoras e editais de outros órgãos públicos, garantindo que reflitam práticas correntes no mercado brasileiro de locação e fornecimento de veículos SUV.

iii. Veículo terrestre tipo pick-up compacto, conforme especificações e condições abaixo:

Critério Técnico	Especificação Mínima Requerida	Modelos de Referência
Categoria	Pick-up média, cabine dupla, 4 portas, motor diesel	Toyota Hilux, Nissan Frontier, Mitsubishi L200 Triton ou similares
Ano/Modelo	Igual ou superior ao vigente, admitindo até 02 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados.	
Capacidade de Passageiros	5 ocupantes (incluindo o condutor)	
Motorização	Diesel, potência mínima de 2.4 litros, turbo intercooler	
Potência Mínima	150 cv	
Transmissão	Manual de 6 marchas ou automática de 6 marchas	
Tração	4x4 (seletiva ou integral), com reduzida e acionamento eletrônico ou alavanca	
Direção	Assistida hidráulica ou elétrica	
Caçamba	Capacidade mínima de 1.000 litros	
Carga útil	Mínimo de 1.000 kg	
Segurança	Airbags frontais, laterais e de cortina; freios ABS com EBD; controle eletrônico de estabilidade e tração	
Conforto	Ar-condicionado digital ou automático; vidros elétricos nas quatro portas; travas elétricas; sistema multimídia com tela, Bluetooth e USB	
Pneus/Estepe	Pneus em perfeitas condições e estepe compatível	
Cor Externa	Neutra (branco, prata, cinza ou preto)	
Quilometragem	Livre durante o período de fornecimento	
Seguro	Cobertura total (roubo, furto, colisão, incêndio e danos a terceiros)	
Assistência 24h	Incluindo reboque, socorro mecânico e substituição do veículo	
Manutenção	Preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada	
<p>a. Os modelos de referência (Toyota Hilux, Nissan Frontier, Mitsubishi L200 Triton) foram utilizados apenas para definir o padrão técnico mínimo, não representando direcionamento de marca, em respeito ao princípio da isonomia previsto na Lei nº 14.133/2021.</p> <p>b. As especificações foram elaboradas com base em dados de fabricantes, locadoras e editais de órgãos públicos que contrataram veículos similares, refletindo práticas correntes no mercado nacional.</p>		

iv. Veículo terrestre tipo Van com no mínimo 18 passageiros, conforme especificações e condições abaixo:

Critério Técnico	Especificação Mínima Requerida	Modelos de Referência
Categoria	Van de passageiros, carroceria fechada, capacidade mínima de 18 lugares + motorista, motor diesel ou flex, conforme mercado	Mercedes-Benz Sprinter 415/515, Iveco Daily Minibus, Renault Master, Fiat Ducato ou similares
Ano/Modelo	Igual ou superior ao vigente, admitindo até 02 anos de uso e no máximo 40.000 e 30.000 km rodados, respectivamente, para os modais diários e mensal.	
Capacidade de Passageiros	Mínimo de 18 passageiros + motorista	
Motorização	Motor mínimo 2.3 litros (diesel ou flex), turboalimentado (no caso de diesel)	
Potência Mínima	Mínimo de 130 cv	
Transmissão	Manual de 6 marchas ou automática/semi-automática (conforme disponibilidade do mercado)	
Direção	Hidráulica ou elétrica	
Dimensões Internas	Espaço suficiente para acomodar confortavelmente todos os ocupantes, com pé-direito adequado	
Porta-Malas/Bagageiro	Bagageiro traseiro ou porta-pacotes com capacidade compatível para malas de mão de todos os ocupantes	
Segurança	Freios ABS, controle de estabilidade (ESP), cintos de segurança individuais, barra anti-intrusão lateral, tacógrafo, extintor	
Conforto	Ar-condicionado frontal e traseiro (com difusores independentes), bancos reclináveis individuais ou em fileira, iluminação interna adequada, sistema de som básico, vidros e travas elétricas na cabine, isolamento acústico básico	
Acessibilidade	Porta lateral deslizante com degrau auxiliar ou estribo retrátil para facilitar o embarque	
Pneus/Estepe	Pneus em perfeitas condições, com índice de carga compatível; estepe completo	
Cor Externa	Neutra (branco, prata, cinza ou preto)	
Quilometragem	Livre durante o período de fornecimento	
Seguro	Cobertura total (roubo, furto, colisão, incêndio e danos a terceiros)	

- a. Os modelos de referência (Mercedes-Benz Sprinter 415/515, Iveco Daily Minibus, Renault Master, Fiat Ducato ou similares) foram indicados exclusivamente para definir o padrão técnico mínimo esperado, sem preferência ou direcionamento de marca, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
- b. As especificações foram extraídas de informações técnicas de fabricantes, tabelas de locadoras e editais de outros órgãos públicos que realizaram contratações semelhantes.

v. Veículo terrestre tipo sedan executivo grande, conforme especificações e condições abaixo:

Critério Técnico	Especificação Mínima Requerida	Modelos de Referência
Categoria	Sedan médio/grande, 4 portas, motor flex	Toyota Corolla, Honda Civic, Nissan Sentra ou similares
Ano/Modelo	Igual ou superior ao vigente, admitindo até 02 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados para os não blindados Igual ou superior ao vigente, admitindo até 04 anos de uso e no máximo 50.000 e 40.000 km rodados para os blindados respectivamente, para condições diárias e mensal.	
Capacidade de Passageiros	5 ocupantes (incluindo o condutor)	
Motorização	Potência mínima de 1.8 litros (flex)	
Potência Mínima	135 cv (etanol) / 130 cv (gasolina)	
Transmissão	Automática continuamente variável (CVT) ou automática de no mínimo 6 marchas	
Direção	Assistida elétrica ou hidráulica	
Porta-Malas	Capacidade mínima de 470 litros	
Segurança	Airbags frontais, laterais e de cortina; freios ABS com EBD; controle eletrônico de estabilidade e tração	
Conforto	Ar-condicionado digital ou automático; vidros elétricos nas quatro portas; travas elétricas; sistema multimídia com tela, Bluetooth e USB; piloto automático	
Pneus/Estepe	Pneus em perfeitas condições e estepe compatível	
Cor Externa	Neutra (branco, prata, cinza ou preto)	
Quilometragem	Livre durante o período de fornecimento	
Seguro	Cobertura total (roubo, furto, colisão, incêndio e danos a terceiros)	
Assistência 24h	Incluindo reboque, socorro mecânico e substituição do veículo	
Manutenção	Preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada	
<p>a. Os modelos de referência (Toyota Corolla, Honda Civic, Nissan Sentra) foram indicados exclusivamente para definir o padrão técnico mínimo esperado, sem preferência ou direcionamento de marca, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.</p> <p>b. As especificações foram extraídas de informações técnicas de fabricantes, tabelas de locadoras e editais de outros órgãos públicos que realizaram contratações semelhantes.</p>		

vi. Especificação da blindagem

a) Blindagem nível III A, de acordo com o artigo 4º da Portaria nº 055 – COLOG, de 05 de junho de 2017. A blindagem deve incluir pneus, latarias e vidros Nível III-A corresponde à resistência da blindagem ao impacto de munições 9FMJ, com energia cinética de 726 joules, bem como a munições 44 Magnum SWC Chumbo, com energia cinética de 1411 joules, provenientes de revólveres 44 Magnum e inferiores.

b) A blindagem deverá ser executada em conformidade com a NBR 15000:2005, NIJ 0108.01 (Norma Internacional do National Institute of Justice), NEB/T E-316 e Portaria nº 013 – DLOG, de 19 de agosto de 2002 (Portaria do Departamento Logístico do Exército Brasileiro, contendo normas reguladoras dos procedimentos para blindagem de veículos e demais atividades relacionadas com veículos blindados - NORBLIND) ou normativo posterior que venha a substituí-las.

c) A blindagem dos veículos deverá estar autorizada na forma da lei pelo órgão competente, bem como registrada no Departamento de Trânsito, com inclusão nos campos de observações do CRLV e CRV, da característica de “Veículo Blindado”;

d) Caberá a CONTRATADA realizar todo o procedimento de autorização para blindagem, bem como o de alteração de dados no Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF após a blindagem, para incluir nos campos de observações do CRLV e CRV, a característica de “Veículo Blindado”.

e) A CONTRATADA deverá providenciar a obtenção do CSV – Certificado de Segurança Veicular - em empresa credenciada pelo INMETRO para tal fim, arcando com o pagamento de taxas, se houver;

f) Todo o processo de blindagem dos veículos (desmontagem, aplicação das blindagens e remontagem) deverá ser ilustrado, passo a passo, com fotos coloridas, em formato digital (CD), de modo que se possa verificar, pela observação das fotos, exatamente qual foi a solução adotada para a blindagem de cada ponto do veículo, inclusive colunas, orifícios de comando de espelhos retrovisores, fechaduras e teto, processos de colocação e fixação dos materiais de blindagem, detalhes dos trechos de super posição de materiais (“overlaps”) e demais processos necessários para a blindagem;

g) A garantia da proteção balística (blindagem) deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contada do recebimento definitivo do veículo, para a parte opaca e vidros, inclusive no que se refere à delaminação;

h) Como forma de readequação dos veículos ao peso acrescido pela blindagem, a CONTRATADA deverá entregar o veículo com recalibragem adequada da suspensão (molas/amortecedores) e o redimensionamento do sistema de freios. Deverá, ainda, providenciar tais serviços, a pedido do CONTRATANTE, caso se constate a necessidade, sem ônus para o CONTRATANTE;

i) O peso total da blindagem não poderá elevar a relação peso/potência em nível muito superior ao original, de forma que o veículo não perca desempenho demasiadamente, sendo aceitável, portanto, para o peso da blindagem a variação entre 180 (cento e oitenta) a 200 (duzentos) kg;

j) Deverá constar reforço ou acréscimo de dobradiças nas portas, de forma a evitar dificuldades para abertura e fechamento das portas em função do peso acrescido;

k) Os veículos blindados, antes da entrega, deverão passar por revisão da geometria e do balanceamento, devendo a CONTRATADA apresentar o comprovante respectivo, caso solicitada;

l) Todos os materiais utilizados na blindagem devem ser aprovados pelo CETEX – Centro de Tecnologia do Exército, cabendo à CONTRATADA a apresentação de cópia

autenticada dos respectivos RETEX – Relatório Técnicos Experimentais dos materiais utilizados na blindagem dos veículos;

m) Deverá ser mantido o acabamento no padrão original dos veículos;

n) As portas, porta pacote, teto, caixa de roda, painel frontal, paralamas, churrasqueiras, caixa do cinto de segurança, serão cobertos com aramida ou aço inoxidável, à luz dos seguintes parâmetros:

i. Dianteira:

- Blindagem capô– peça em aramida termo modelada a geometria do capô, com isolamento térmico (filme de alumínio);
- Blindagem dos paralamas dianteiros e das partes da caixa de roda com aramida, desde que não estiverem acobertadas pela blindagem completa do habitáculo;
- Caixa de bateria – aramida com articulações reguláveis;
- Proteção superior ao painel “Churrasqueira” - peças em aço inox com características balísticas;
- Proteção de módulos – peças em aço inox com características balísticas.

ii. Laterais

- Portas – peças em aramida plana e aramida termo modeladas à geometria das portas;
- Over-lap do vidro – peças em aço inox com característica balística;
- Proteção de maçaneta – peças em aramida plana;
- Colunas – peças em aço inox com características balística, estampados ao contorno e geometrizado veículo;
- Lateral – peça em aramida termo modelada à geometria da lateral, com isolamento térmico.

iii. Teto

- Travessas e over-lap com os vidros – peças em aço inox com características balística, estampado são contorno e geometria do veículo;
- Teto – peças em aramida plana e aramida termo modeladas à geometria delas.

iv. Traseira

- Encosto do banco traseiro - peças em aramida plana e aramida termo modeladas à geometria da peça;
- Blindagem dos para-lamas traseiros e das partes da caixa de roda com aramida, desde que não estiverem acobertadas pela blindagem completa do habitáculo;
- Proteção dos cintos de segurança - peças em aço inox com características balísticas, estampados ao contorno e geometria do veículo.

v. Vidros

- A blindagem das partes transparentes com vidros blindados com pelo menos 21mm (vinte e um milímetros) de espessura, com policarbonato e

transparência normatizada pelo CONTRAN –Conselho Nacional de Trânsito, resguardando abertura mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos vidros dianteiros; devem estar instalados amortecedores especiais e, se necessário, realizado aprimoramento do sistema de abertura com aumento de indutância. Os vidros também não poderão apresentar distorções óticas, deverão obedecer aos contornos originais dos veículos e possuirão antenas incorporadas quando original (rádio, celular, GPS). (Indutância: medida em "henry", significa a propriedade de um circuito elétrico ou dois circuitos vizinhos, que determina a força eletromotriz que é induzida num dos circuitos por uma determinada variação de campo magnético);

- Todos os vidros devem ser sobrepostos em no mínimo 15mm por outro elemento balístico;
- As características originais de acabamento, transparência e cor devem ser mantidas;
- Deverão conter camada interna composta por película anti-estilhaçante, protegendo os ocupantes no interior do veículo;
- Os vidros das portas dianteiras terão sistema de acionamento elétrico, permitindo a abertura mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da área da janela;
- Os vidros das portas traseiras terão acionamento elétrico, permitindo a abertura parcial mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da área da janela. O acionamento elétrico poderá ser travado/destravado somente pelo motorista ou agente que estiver sentado em qualquer um dos bancos dianteiros. O acionamento do vidro da porta traseira direita pela autoridade posicionada nesse lado somente poderá ser feito após ter sido destravado por aquele motorista ou Agente.

vi. Rodas

- A blindagem dos 5 (cinco) pneus (sobressalente inclusive) em cada veículo, deverá corresponder aos sistemas “flatsover”, “rodgard” ou similar, de forma a permitir condições de rodagem por, no mínimo 40 Km (quarenta quilômetros) a uma velocidade mínima de 45Km/h (quarenta e cinco quilômetros por hora).

vii. Acessórios e equipamentos

- O serviço de blindagem deverá ser realizado após terem sido instalados todos os acessórios e equipamentos (rádio, sirene, sinalização etc.).

viii. Fixações e Dispositivos

- Todos os materiais a base de aramida devem ser fixados por intermédio de adesivo PU;
- As peças metálicas devem ser fixadas por intermédio de buchas expansivas e parafusos especiais.

8 INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS

PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023

8.9 Condições de entrega ou execução dos serviços

8.9.1 Local de entrega ou execução dos serviços

A presente contratação será executada sob o **modelo de fornecimento sob demanda**, com e sem motorista, conforme a efetiva necessidade da Administração, não havendo garantia de consumo mínimo, nem obrigação de disponibilização contínua de veículos.

Embora a necessidade institucional possua **caráter continuado**, a demanda apresenta **natureza variável e não linear**, razão pela qual a remuneração da contratada estará vinculada exclusivamente à **utilização efetiva dos veículos**, nos termos das ordens de fornecimento emitidas durante a vigência do contrato.

As especificações técnicas mínimas, os requisitos de segurança, desempenho e conservação dos veículos, bem como as condições de substituição, encontram-se **integralmente descritos neste instrumento**, não se admitindo remissão a documentos externos como fonte normativa vinculante.

A Administração poderá demandar veículos até o **limite máximo simultâneo por tipo e categoria**, conforme previsto neste Termo de Referência, o qual constitui parâmetro de capacidade operacional, não configurando obrigação de acionamento integral ou contínuo desses quantitativos.

Para fins de planejamento orçamentário e definição das quantidades estimadas para esta contratação sob demanda, apresenta-se abaixo a **tabela de distribuição de diárias e locações mensais por unidade judiciária e administrativa**. Ressalta-se que os quantitativos ora indicados têm caráter **estimativo**, servindo exclusivamente para dimensionamento da futura contratação, podendo ser **remanejados entre as unidades**, conforme necessidade da Administração, observada a ordem de prioridade e o interesse público.

Essa possibilidade de remanejamento aplica-se, especialmente, às **localidades classificadas nas regiões B, C e D**, de modo a assegurar flexibilidade operacional e melhor aproveitamento da contratação sob demanda, garantindo atendimento contínuo das demandas jurisdicionais e administrativas, inclusive em situações emergenciais ou de variação de carga de trabalho.

QUADRO DE LOCAÇÕES EVETUAL (DIÁRIAS) POR REGIÃO

Nºde ordem	Descrição do objeto	Quantidade por Sede				Total
		Tribunal de Justiça do Estado do Pará/Capital (Região A)	Fórum Juiz José Elias Monteiro Lopes/Marabá (Região B)	Fórum Des. Ernesto Adolfo de V. Chaves/Santarém (Região C)	Fórum Des. José Amazonas Pantoja/Altamira (Região D)	
		Demanda/Diária				
1	Fornecimento de até 3 (três) veículos automotivos blindados tipos sedans executivos em condição locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com no máximo 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 km, com quilometragem livre.	120	0	0	0	120
2	Fornecimento de até 03 (três) veículos automotivos tipo sedan executivo em condição de locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, quilometragem livre.	80	30	25	25	160
3	Fornecimento de até 03 (três) veículo automotivos tipo pick-up em condição locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, quilometragem livre.	250	60	50	40	400
4	Fornecimento de até 05 (cinco) veículos tipo sedan pequeno: Com até 02 (dois) anos de uso e com no máximo 30.000 km, na cor preto ou cinza sólido, modelo “sedan”, movido a combustível flex (gasolina/álcool), com 5 (cinco) portas, motor com potência mínima acima de 90 cavalos, com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.	100	20	10	20	150
5	Fornecimento de até 02 (dois) veículos automotivos tipos SUV, blindado, em condição de locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 km, quilometragem livre.	30	0	0	0	30
6	Fornecimento de até 02 (dois) veículos automotivos tipos Van e no máximo 40.000 km, com no mínimo 18 (dezoito) passageiros, em condição de locação eventual – por demanda aleatória – com motorista, com até 02 (dois) anos de uso, quilometragem livre.	1.030	0	0	0	1.030
QUADRO DE LOCAÇÕES CONTINUADA (VEÍCULO/MENSAL) POR REGIÃO						
Nºde ordem	Descrição do objeto	Quantidade por Sede				Total
		Tribunal de Justiça do Estado do Pará/Capital (Região A)	Fórum Juiz José Elias Monteiro Lopes/Marabá (Região B)	Fórum Des. Ernesto Adolfo de V. Chaves/Santarém (Região C)	Fórum Des. José Amazonas Pantoja/Altamira (Região D)	
		Veículo/Mensal				
1	Fornecimento veículos tipo sedan pequeno, em condição de locação continuada, sem motorista, com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, com quilometragem livre.	10	0	0	0	10
2	Fornecimento de veículo automotivos tipo pick-up em condição locação continuada, sem motorista, até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, com quilometragem livre.	2	0	0	0	2
3	Fornecimento de veículos automotivos tipos SUV, blindado, em condição de locação continuada, sem motorista, 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 km rodados, quilometragem livre.	5	0	0	0	5
	Fornecimento de veículos automotivos tipos SUV, em condição de locação continuada, sem motorista, com até 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, quilometragem livre.	6	0	0	0	6

4	Fornecimento de veículos automotivos blindados tipos sedans executivos em condição de locação continuada, sem motorista, com até 04 (quatro) anos de uso e no máximo 50.000 km rodados, quilometragem livre.	5	0	0	0	5
5	Fornecimento de veículos automotivos tipos Van, com no mínimo 18 (dezoito) passageiros, em condição de locação eventual – por demanda aleatória – com motorista, 2 anos de uso e no máximo 30.000 km rodados, quilometragem livre.	5	0	0	0	5
6	Fornecimento de automotivos tipo pick-up em condição locação eventual – por demanda aleatória – sem motorista, com até 02 (dois) anos de uso quilometragem livre.	0	1	1	1	3

As condições de entrega podem ser:

- a. **Regular:** A contratada deverá disponibilizar os veículos solicitados nas localidades previstas no Termo de Referência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela Administração.
- b. **Prorrogação excepcional, após expirado prazo regular:** O prazo de entrega previsto no item anterior poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa formal da contratada, devidamente aceita pela Administração.

O não atendimento aos prazos de entrega previstos nesta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da imediata substituição ou complementação da frota para garantir a continuidade do serviço.

8.10 Condições de recebimento

Para garantir o atendimento adequado das demandas e a compatibilidade com o expediente forense, os horários de entrega e recebimento dos veículos pela contratada deverão respeitar o funcionamento regular das unidades judiciárias e administrativas. Assim, as entregas e devoluções deverão ocorrer nos locais presentes no **subitem 8.1** deste instrumento, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 16h, tanto na capital quanto no interior, e, quando necessário, aos sábados, no horário das 08h às 12h, mediante agendamento prévio pela unidade requisitante.

Esse critério visa assegurar que os veículos estejam disponíveis para uso durante o horário útil, evitando atrasos nas atividades jurisdicionais e garantindo previsibilidade para a Administração. Em situações emergenciais devidamente justificadas, poderá ser autorizada entrega ou substituição de veículos fora do expediente regular, desde que previamente comunicada e aceita pela demandante.

9 GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023

- 9.1. Especificamente para os itens que compõem a frota de veículos blindados, a garantia da proteção balística (blindagem) deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contada do

recebimento definitivo do veículo, abrangendo a parte opaca e os vidros, inclusive contra delaminação.

9.2. A manutenção preventiva e corretiva de todos os veículos será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo o fornecimento de peças, lubrificantes e mão de obra, sem qualquer ônus adicional para o TJPA.

9.3. Os veículos deverão ser entregues com as revisões em dia junto às concessionárias autorizadas, devendo os respectivos manuais de revisão e utilização estar em língua portuguesa do Brasil.

9.4. A CONTRATADA será responsável pelos custos de pequenos riscos, amolgados e outras ocorrências inerentes à utilização regular do veículo, exceto nos casos de mau uso devidamente comprovados.

9.5. No caso de veículos blindados, a contratada deverá assegurar a recalibragem adequada da suspensão (molas/amortecedores) e o redimensionamento do sistema de freios em função do peso acrescido pela blindagem, providenciando ajustes sempre que constatada a necessidade pela fiscalização.

9.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar assistência 24 horas completa, abrangendo serviços de guincho/reboque, chaveiro, socorro para pane elétrica ou mecânica e conserto de pneus furados.

9.7. Em caso de pane, acidente, furto, roubo ou qualquer indisponibilidade do veículo locado, a CONTRATADA deverá proceder à sua substituição imediata por outro de categoria equivalente ou superior, nos seguintes prazos:

- Até 24 (vinte e quatro) horas para veículos não blindados;
- Até 48 (quarenta e oito) horas para veículos blindados.

9.8. O descumprimento dos prazos de substituição ou a falha na assistência técnica sujeitará a empresa às sanções administrativas e multas de mora previstas neste Termo de Referência.

9 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023

10.1 Indicação do instrumento contratual

(X) Necessidade de formalização contratual

() Formalização via empenho

() Outro instrumento substitutivo

Justificativa em caso de desnecessidade de formalização contratual:

10.2 Obrigações da Contratante

- a. Receber o objeto de acordo com o que consta neste instrumento;

- b. Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas neste termo de referência.
- c. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a empresa contratada no prazo estipulado;
- d. Emitir Nota de Empenho a crédito da CONTRATADA no valor correspondente às quantidades solicitadas;
- e. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da prestação do serviço;
- f. Indicar servidor com competência necessária para proceder o recebimento do objeto e atestar a Nota Fiscal após a verificação das especificações técnicas, da qualidade, da quantidade e preços a contratar;
- g. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido neste termo de referência;
- h. Promover, através da Coordenadoria Militar e do Departamento de Patrimônio e Serviço, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Órgão por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- i. Aplicar penalidades cabíveis em caso de descumprimento do pactuado, conforme previsto no item 18, deste termo de referência.

10.3 Obrigações do Contratada

- a. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;
- b. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;
- c. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na entrega dos itens solicitados do objeto, até para que possa a empresa proceder correções;
- d. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento;
- e. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações neste Termo de Referência e na proposta de preços apresentada durante o certame, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para entregar os itens solicitados do objeto, no prazo, no local e horário indicados;

- f. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega do objeto solicitado no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE;
- g. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução;
- h. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos no subitem anterior não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração do Tribunal de Justiça, nem poderá onerar o objeto desta Licitação, razão pela qual a empresa vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o TJPA;
- i. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o prazo de vigência do contrato;
- j. Credenciar, junto ao TJPA, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- k. Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas, cumprindo durante a vigência do Contrato todas as leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais vigentes, a regularidade com o fisco, com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena da rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28, §4º da Constituição do Estado do Pará, assim como todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, em especial a:
 - i. **Regularidade Fiscal** com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
 - ii. **Regularidade Fiscal** perante as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da licitante;

iii. **Regularidade Trabalhista;** comprovada através de **Certidão Negativa de Débito Trabalhista** prevista na Lei 12.440/2011, retirada no site www.tst.jus.br;

iv. **Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII,** da Constituição Federal/88 (trabalho de menores de idade, observada a Lei nº 9.854/1999).

- l. Informar ao Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do Contrato, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;
- m. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente, sem prévia e expressa anuência do Tribunal de Justiça; não sendo aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- n. A empresa vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto a contratar em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- o. Disponibilizar ao CONTRANTE os veículos nos prazos estabelecidos nos itens 4 e 7 do deste Termo de Referência, nos locais, quantidades e horários fixados neste instrumento, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que impossibilite de assumir o solicitado;
- p. Disponibilizar os veículos no regime de quilometragem livre;
- q. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro obrigatório e outros, previstos no Código de Trânsito Brasileiro;
- r. Manter os veículos assegurados, conforme as condições previstas neste instrumento;
- s. Assistência 24 horas completa (guincho, chaveiro, pane elétrica, pane mecânica, conserto de pneu furado, etc).
- t. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, principalmente das manutenções preventivas, corretivas e demais reparos que se fizerem necessários para fiel execução do serviço inclusive os decorrentes de acidentes e demais sinistros oriundos de força maior ou caso fortuito.
- u. Responsabilizar-se pelos custos de pequenos riscos, amolgados e outras ocorrências que são inerentes à utilização regular do veículo, exceto os casos de mau uso, devidamente comprovados;

- v. Indicar um profissional preposto e qualificado que deverá permanecer disponível através de telefone fixo e celular, a fim de resolver situações eventuais, bem como verificar o bom andamento do serviço prestado

11 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

11.1 Prazo de vigência do contrato

O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte quatro) meses, contados da assinatura contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, na forma dos art's. 106 e 107 da mesma lei.

11.2 Prazo de entrega ou execução dos serviços

- a. Prazo de entrega dos bens / execução dos serviços: a CONTRATADA deverá fazer a entrega dos veículos solicitados, no prazo definido no item 8, a contar do recebimento da nota de empenho.
- b. Prazo de garantia dos bens / serviços: os veículos devem apresentar garantia de fábrica, através de suas revisões em dia com suas concessionárias, conforme manual de revisão em português dos veículos. Não obstante, os manuais de utilização dos veículos devem estar em língua portuguesa do Brasil.

12 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023

12.1 Estabelecimento de condições gerais

12.2 Equipe de gestão e fiscalização da contratação

12.2.1 Gestor do Contrato

Titular: William Rogério Souza da Silva – Cel QOBM

Matrícula: 150011

Substituto ou Substituta: Marcos Ramalho Junior – Maj QOBM

Matrícula: 120324

12.2.2 Fiscal Técnico

Titular: Antônio Carlos Bahia da Silva Júnior - CAP QOPM

Matrícula: 228974

Substituto ou Substituta: Ana Rafaela Mesquita Silva – SD QPMP-0

Matrícula: 222348

13 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023

13.1 Prazo e forma para pagamento

- a. A equipe de gestão e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em Termo Circunstanciado a ser encaminhado ao Gestor do contrato.
- b. A equipe de gestão e fiscalização do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, analisará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e toda a documentação apresentada para faturamento e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, para no prazo de até 05 (cinco) dias úteis para sanar as irregularidades encontradas.
- c. Caso a CONTRATADA não regularize as inconformidades encontradas no prazo estipulado, o prazo para pagamento será suspenso, conforme previsto no Art. 50, §1º da Instrução Normativa nº 01/2023-TJPA, reiniciando-se a contagem apenas a partir da efetiva regularização e/ou apresentação de todos os documentos necessários à liquidação da despesa. Este atraso, por ser de responsabilidade exclusiva da contratada, não ensejará direito a reajuste de preços, atualização monetária ou qualquer ônus adicional para o TJPA, em observância ao Art. 92, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
- d. Não havendo irregularidades, a equipe de gestão e fiscalização do contrato comunicará a CONTRATADA para que emita a fatura/nota fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- e. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço.
- f. O pagamento será efetuado de acordo com a nota fiscal, com prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da data do atesto da execução do objeto na nota fiscal, após verificada a conformidade da execução e documentação respectiva, através de crédito em conta corrente, mediante a apresentação de fatura emitida pela CONTRATADA.
- g. A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça

do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionados na Lei nº 14.133/2021.

- h. No ato do pagamento será verificado se a EMPRESA possui pendências quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).
- i. O descumprimento, pela EMPRESA, do estabelecido no item anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- j. Constada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação das penalidades estabelecidas em Lei, bem como o cancelamento do contrato.
- k. Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a CONTRATADA der causa das faturas pertinentes dos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.
- l. O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do Contrato.
- m. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto.
- n. Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.
- o. O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas, nos termos pactuados.
- p. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644

Assim apurado:

$$I = \frac{\text{Taxa}/100}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual de Taxa Anual = 6%

- q. A CONTRATADA deverá enviar nota fiscal/fatura para o CONTRATANTE, via endereço de e-mail **protocolo.geral@tjpa.jus.br**, com a especificação do número e ano do contrato, bem como a indicação da Divisão de Transporte como destinatário.

13.2 Instrumento de Medição de Resultados - IMR

- a. Este procedimento está vinculado a este instrumento, onde por meio desse a prestação de serviços de locação dos veículos automotores nas condições e características aqui especificadas, deverá ser aplicado ao final da prestação de cada serviço pela Equipe de Gestão e Fiscalização, de forma a gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas emitidas após o serviço executado, com base nas pontuações constantes dos relatórios.
- b. Os objetivos deste Instrumento de Medição de Resultados são para definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da prestadora do serviço na execução da prestação dos serviços de locação de veículos automotores com e sem condutor.
- c. A avaliação da CONTRATADA na Prestação dos Serviços de Locação de Veículos Automotores com e sem Condutor se faz por meio da análise dos seguintes módulos:
 - A – Veículo;
 - B – Execução de Serviço.
- d. Os números apurados em todas as avaliações ou operações matemáticas realizadas para obtenção dos valores para faturamento, obrigatoriamente, serão números naturais, não devendo ser utilizadas casas decimais e/ou arredondamentos.
- e. A Prestação dos Serviços será avaliada pela Equipe de Gestão e Fiscalização da contrato por meio dos seguintes itens:
 - i. Relatórios de Ocorrências mensais;
 - ii. Inspeção direta, feita a qualquer tempo;
 - iii. Análise dos Relatórios de Avaliação da Execução dos Serviços.

- f. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão de responsabilidade da fiscalização da contrato por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração (Relatório de Avaliação de Execução dos Serviços), entre outros e será feita mensalmente. Para aferição da qualidade, na prestação dos serviços serão avaliados os seguintes aspectos, ponderando cada quesito com nota de 0 a 5 conforme tabela abaixo:

Tabela do Instrumento de Medição de Resultados

MODULO	CRITÉRIO	NÍVEL ESPERADO DO SERVIÇO	PESO	GRAU	PONTUAÇÃO (PESOXGRAU)
Veículo	Conservação e limpeza do veículo	Manter os veículos em perfeitas condições de uso, zelando pela limpeza interna e externa.	3		
	Manutenção do veículo.	Fazer as revisões preventivas e corretivas, mantendo a segurança do usuário do serviço de transporte.	3		
	Documentação dos veículos	Manter regularizada a documentação dos veículos e o seguro conforme o TR.	3		
	Efetivo de Veículos	Efetuar a substituição de veículos em caso de sinistros, manutenção, entre outros	3		
	Itens de segurança e acessórios previstos no Código de Trânsito	Manter os veículos com todos os acessórios de segurança na forma prevista na Legislação do Código Nacional de Trânsito.	3		
	Objetos ou documentos encontrados no interior do veículo.	Entregar à Seção de Controle da Frota ou responsável de cada unidade do TJPA os objetos ou documentos encontrados no interior do veículo que estiver sob sua responsabilidade	3		
Execução do serviço	Agilidade e pontualidade na prestação dos serviços	Antes de sair com o veículo, definir rota que resulte em menor percurso e tempo de deslocamento, assim como obedecer pontualmente ao horário estabelecido.	2		
	Obedecer às leis de trânsito	Obedecer rigorosamente às leis de trânsito. Ter sempre em seu poder, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com a validade em vigência.	2		
	Objetos ou documentos encontrados no interior do veículo.	Entregar à Seção de Controle da Frota ou responsável de cada unidade do TJPA os objetos ou documentos encontrados no interior do veículo que estiver sob sua responsabilidade.	2		
	Disponibilidade e prontidão	Disponibilidade de contato com a empresa ou por preposto em período integral	2		
TOTAL					
GRAUS					
5 – OTIMO 4 – MUITO BOM 3 – BOM 2 – REGULAR 1 – RUIM 0 – NÃO REALIZADO					

A adequação de pagamento será adotada conforme tabela a seguir:

GRAU (1 – IMPACTO BAIXO; 2 – IMPACTO MÉDIO; 3 – IMPACTO ALTO)
CONCEITO PONTUAÇÃO TOTAL REDUÇÕES DE PAGAMENTO

0	Maior ou igual a 96	0% sobre o valor da nota fiscal
1	Maior ou igual a 84 menor que 96	2% sobre o valor da nota fiscal
2	Maior ou igual a 72 menor que 84	3% sobre o valor da nota fiscal
2	Maior ou igual a 60 menor que 72	5% sobre o valor da nota fiscal
3	Menor que 60	10% sobre o valor da nota fiscal

- g. Para fins de adequação de pagamento pelo instrumento de medição de serviços, fica fixado o limite máximo de 10% de redução sobre o valor da nota fiscal.
- h. A critério da CONTRATANTE, poderá ser aplicada sanções administrativas por infrações listadas no instrumento de medição de serviços, inclusive cumulativa a sanção com a redução de pagamento prevista no item contratado, conforme este Termo de Referência.

13.3 Acordo de Nível de Serviço (ANS)

(X) NÃO SE APLICA

13.4 Antecipação de pagamento

(X) NÃO SE APLICA

13.5 Cessão de crédito

(X) NÃO SE APLICA

14 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023

14.1 Forma de seleção

(X) Licitação

(X) Pregão

() Concorrência

() Dispensa de licitação

() Inexigibilidade de licitação

14.2 Forma de seleção

(X) Eletrônica

() Presencial

14.3 Modo de disputa

(X) Aberto

() Aberto e fechado

() Fechado e aberto

() Não se aplica

14.4 Critério

- ☒ menor preço
- ☐ maior desconto

14.5 Forma de parcelamento

- ☐ Grupo único
- ☐ Grupos
- ☒ Grupos(s) e item(ns)
- ☐ Item(ns)

Justificativa para o não parcelamento do objeto:

Considerando o reduzido volume de acionamentos eventuais nas localidades do interior, a baixa capilaridade de fornecedores com estrutura local e os elevados custos logísticos associados ao atendimento em municípios mais remotos, a fragmentação por município/região tende a inviabilizar a competitividade, uma vez que o custo de mobilização, deslocamento, entrega, retirada e eventual substituição de veículos para atendimento de diárias isoladas pode superar o valor econômico do próprio item. Esse cenário, além de induzir propostas com preços defensivos e pouco vantajosos, eleva substancialmente o risco de itens desertos ou fracassados, comprometendo a continuidade do serviço público.

Diante disso, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, adota-se estratégia de **agrupamento das demandas eventuais (diárias) da capital e do interior em lote único de disputa**, com o objetivo de conferir escala mínima e atratividade econômica ao certame, permitindo que o volume mais recorrente da capital contribua para viabilizar o atendimento às localidades interioranas, mitigando o impacto do alto custo logístico para o mercado. A organização por polos regionais permanece exclusivamente como referência operacional de execução e atendimento, possibilitando planejamento logístico adequado, inclusive mediante subcontratação parcial autorizada, assegurando viabilidade econômica, exequibilidade operacional e continuidade do serviço público.

14.6 Forma de entrega ou prestação do serviço

- ☐ Parcelado
- ☒ Continuado

Justificativa: A definição da forma de entrega/prestação do serviço em regime **continuado**, com possibilidade de acionamento eventual por demanda, decorre da necessidade de assegurar **continuidade, previsibilidade mínima e pronta resposta operacional** às atividades jurisdicionais e administrativas do TJPA, especialmente aquelas vinculadas à **segurança institucional**, cuja execução não pode ser interrompida em razão

de lacunas contratuais ou indisponibilidade de meios de transporte. Assim, adota-se como modelos de fornecimento:

- a) **Fornecimento sem motorista** como **regra operacional predominante**, em atenção aos protocolos de segurança institucional, ao controle de rotas e à preservação do sigilo operacional;
- b) **Fornecimento com motorista**, de forma **excepcional**, mediante acionamento por demanda e **justificativa formal**, quando necessário em função da complexidade logística do deslocamento, transporte coletivo, indisponibilidade de condutores institucionais habilitados, ou outras situações de interesse público devidamente motivadas.

14.7 Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte

Valor de referência: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). – Artigo 48, I, da Lei nº 123/2006.

Licitação

() Sim

(X) Não

Não sendo a licitação exclusiva, há item ou lote exclusivo?

Item/lote

() Sim

(X) Não

Apontar os itens/lotos exclusivos:

Justificativa para não adoção:

() Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório

(X) Não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado na justificativa abaixo.

(X) Representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

A divisão de lotes ou a reserva exclusiva de itens para **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)** mostra-se **desvantajosa para a Administração Pública** no presente caso, considerando a natureza e a complexidade técnica do objeto — **fornecimento eventual e continuado de veículos blindados e não blindados**.

Trata-se de serviço que exige **capacidade operacional e logística ampliada**, com disponibilidade de frota em todo o Estado, cumprimento de prazos de até 48 horas para

entrega, manutenção preventiva e corretiva, assistência 24 horas, seguro total e, em alguns casos, fornecimento de veículos blindados com certificação balística nível III-A. Esses requisitos demandam **estrutura técnica, frota diversificada e cobertura geográfica** que, na prática, restringem a competitividade de micro e pequenas empresas no mercado de locação e fornecimento automotivo.

Além disso, a criação de lotes exclusivos reduziria a **escala econômica e a uniformidade técnica** do objeto, gerando risco de fragmentação da contratação e **aumento de custos unitários**. Também comprometeria a **padronização da frota e dos serviços**, elemento essencial à segurança institucional e à gestão de manutenção.

Dessa forma, a reserva de itens ou lotes exclusivos para ME/EPP **não atenderia ao princípio da vantajosidade previsto na Lei nº 14.133/2021**, podendo resultar em contratação mais onerosa e menos eficiente. Assim, recomenda-se que todos os licitantes participem **em igualdade de condições**, preservando a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

14.8 Exigências de habilitação

14.8.1 Habilitação técnica:

(X) Atestado de capacidade técnica

- a. A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, observando-se:
 - i. para itens de fornecimento de veículos **não blindados**, a comprovação mínima será de **30% (trinta por cento)** do quantitativo máximo estimado do(s) item(ns) ofertado(s);
 - ii. para itens de fornecimento de veículos **blindados**, a comprovação mínima será de **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo máximo estimado do(s) item(ns) ofertado(s);
 - iii. Os quantitativos mínimos exigidos serão aferidos de forma **proporcional ao(s) item(ns)** para o(s) qual(is) a licitante apresentar proposta, considerando a natureza e complexidade do item;
 - iv. Serão admitidos atestados somados, de períodos diferentes, inclusive de serviços executados simultaneamente, conforme IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

- b. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária constante do contrato social da licitante, conforme art. 67, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- c. 18.3. Cada atestado deverá ser emitido em papel timbrado (ou em formato eletrônico autenticado), contendo razão social, CNPJ, endereço completo, data de emissão, assinatura e contato do responsável pelas informações, apto a esclarecer eventuais dúvidas técnicas.
- d. 18.4. Para fins de comprovação de experiência mínima de 2 (dois) anos, será admitido o somatório de atestados de períodos distintos, ainda que não consecutivos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- e. 18.5. Admitir-se-á, para comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados relativos a serviços executados de forma concomitante, nos termos do item 10.9 do mesmo normativo.
- f. 18.6. A licitante deverá fornecer os elementos necessários à verificação da autenticidade dos atestados, como cópia do contrato ou nota de empenho que deu suporte à execução, endereço do contratante e local de prestação dos serviços, conforme item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

() Outros

Quais?

() **NÃO SE APLICA**

14.8.2 Habilitação econômica e financeira:

() **NÃO SE APLICA**

() Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

() Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

() A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

() As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **capital mínimo ou patrimônio líquido** de no mínimo **10%** (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

14.8.3 Habilitação jurídica específica:

14.8.3.1 Consórcio

() Sim

(X) Não

14.8.3.2 Cooperativa

(X) Não

() Sim

A partir da análise do Estudo Técnico Preliminar que embasou a elaboração do Termo de Referência, verificou-se que o objeto da contratação (**fornecimento eventual e continuado de veículos automotores, blindados e não blindados**, para atendimento das demandas da Coordenadoria Militar e do Departamento de Patrimônio e Serviço do TJPA, possui natureza **logística e operacional complexa**) exigindo estrutura robusta, capacidade de resposta imediata e cobertura em diferentes localidades do Estado.

Após análise técnica e de riscos, concluiu-se que tal inclusão **não traria vantagem para a Administração**, pelos seguintes motivos:

- O fornecimento sob demanda requer **gestão direta e uniforme** do serviço, sendo incompatível com a estrutura de consórcios, que demanda coordenação entre diferentes empresas, o que poderia gerar atrasos na entrega, divergência operacional e dificuldades de responsabilização.
- A participação de cooperativas mostra-se **inadequada ao objeto**, uma vez que a atividade envolve **bens de capital intensivo** (veículos blindados, manutenção, seguro e logística), cuja execução depende de **capacidade financeira e técnica empresarial**, não característica desse tipo de personalidade jurídica.

- A criação de condições diferenciadas de habilitação poderia gerar **assimetria de competição** e **oneração administrativa** para fiscalização e controle, sem ganho efetivo de economicidade ou eficiência.

Dessa forma, em observância aos princípios da **vantajosidade, eficiência e segurança jurídica** previstos na **Lei nº 14.133/2021**, recomenda-se **não prever condições de habilitação especiais** para consórcios e cooperativas. A participação deve ocorrer por **pessoas jurídicas individualmente constituídas**, regularmente habilitadas nos termos da legislação civil e tributária, assegurando maior celeridade processual, controle administrativo e padronização da execução contratual.

15 REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023

O reajuste contratual utilizará como base o índice oficial:

- ☐ INPC
- ☒ IPCA
- ☐ IPCA - E
- ☐ IGP-M
- ☐ IGP-DI
- ☐ INCC
- ☐ Outros, a especificar

16 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1, ° inciso XVII da IN nº 01/2023

O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 8.578.070,22 (oito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setenta reais e vinte e dois centavos), considerando o período de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com estimativa anual de R\$ 4.289.035,11 (quatro milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trinta e cinco reais e onze centavos).

A estimativa foi elaborada com base na pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES, a partir de propostas comerciais obtidas junto a fornecedores do ramo, submetidas a tratamento estatístico por meio de Mapa Referencial de Preços Saneado, garantindo a consistência, homogeneidade e confiabilidade dos valores apurados.

Ressalta-se que os valores estimados (item 02 deste instrumento) possuem caráter meramente referencial, destinando-se à definição do orçamento da contratação, não configurando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, em razão da natureza sob demanda do objeto e da variabilidade das necessidades institucionais.

A projeção financeira considera a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de transporte institucional, especialmente no âmbito da segurança institucional e do suporte às atividades administrativas e jurisdicionais do Tribunal, promovendo equilíbrio entre economicidade, eficiência e flexibilidade operacional ao longo da execução contratual.

16.1 Métrica do Valor Estimado

() Mediana

(X) Média (padrão)

() Menor Preço

Justificativa:

17 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação: 2026/112 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102

Programa de Trabalho: 04.102.02.061.1417.8176 - Implementação do Programa de Segurança e acesso aos prédios do Poder Judiciário - 1º

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO

Fonte de Recurso: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC

Rubrica Item: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058

Destinação: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.0000000]

Item de Despesa: 2883 - Locação de veículo eventual

Dotação: 2026/220 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102

Programa de Trabalho: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO

Fonte de Recurso: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC

Rubrica Item: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058

Destinação: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]

Item de Despesa: 2964 - Locação Eventual de Veículos (SEADM)

Dotação: 2026/379 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102

Programa de Trabalho: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO

Fonte de Recurso: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC

Rubrica Item: 3.3.90.33.03.01.00.00 - LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE - 510058

Destinação: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]

Item de Despesa: 2964 - Locação Eventual de Veículos (SEADM)

18 SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023

18.1 Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa Nº 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

18.2 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN Nº 003/2024-GP):

18.2.1 dar causa à inexecução parcial do contrato; 18.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.2.2 dar causa à inexecução total do contrato; 18.2.4. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;

18.2.3 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.2.4 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2.5 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.2.6 apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.2.7 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.2.8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.2.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e 18.2.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846/2013.

18.3 Aos licitantes ou às empresas que praticarem infrações administrativas previstas no parágrafo anterior deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

18.3.1 advertência;

18.3.2 multa: moratória e/ou compensatória;

18.3.3 impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

18.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

18.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa – leve, média, grave ou gravíssima;

18.4.2 as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;

18.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.4.4 os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e

18.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

18.5 Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Empresa:

18.6 Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

18.7 A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

18.8 Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

18.8.1 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);

18.8.2 dar causa à inexecução total da ATA (de seis meses a três anos);

18.8.3 deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução da ATA, mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);

18.8.4 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);

18.8.5 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);

18.8.6 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).

18.9 Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:

18.9.1 aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que implicarem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;

18.9.2 apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.9.3 fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.9.4 comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza

18.9.5 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

18.9.6 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.10 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior

a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho. total do empenho.

18.11 A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:

18.11.1 de 20% (vinte por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, no caso de inexecução parcial do contrato. A inexecução parcial do contrato estará configurada, entre outras hipóteses, quando a EMPRESA atrasar a entrega do objeto em prazo superior a 24h (vinte e quatro horas) a partir prazo definido pelo contratante.

18.11.2 de 30% (trinta por cento) do valor total do empenho, no caso de inexecução total do contrato. A inexecução total do contrato estará configurada, entre outras hipóteses, quando a EMPRESA atrasar a entrega em prazo superior a 72h (setenta e duas horas) a partir prazo definido pelo contratante.

18.12 A multa de mora será aplicada quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, sem motivo justificado e aceito pela TJPA, entre outras hipóteses, em 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do veículo por dia em atraso.

18.13 Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, no percentual de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a EMPRESA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas do contrato ou no edital e anexos da licitação que deu origem à adjudicação.

18.14 Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN Nº 003/2024-GP).


19 DA PADRONIZAÇÃO

Modelo (mês/ano):


Indicar a data de retirada no Portal das Contratações:

20 DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE


Belém/PA, 07 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **WILLIAM ROGERIO SOUZA DA SILVA**
Data: 14/05/2026 10:47:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


William Rogério Soza da Silva – CEL QOBM
Integrante Requisitante

Documento assinado digitalmente
 **EDSON SANTOS DE SOUZA**
Data: 14/05/2026 10:55:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edson Santos de Souza – CAP QAPM
Integrante Técnico

Documento assinado digitalmente
 **MOISES CRISTINO DE OLIVEIRA**
Data: 14/05/2026 11:08:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Moises Cristino de Oliveira
Integrante Técnico

Documento assinado digitalmente
 **BRUNNA FERREIRA DA SILVA SALDANHA ROLIM**
Data: 13/05/2026 16:46:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Brunna Ferreira da S. S. Rolim
Integrante Administrativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



Anexo II – Minuta de Contrato

CONTRATO Nº 0XX/202X/TJPA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS BLINDADOS E NÃO BLINDADOS.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado, por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 823/2023-GP, de 24 de fevereiro de 2023, pelo Secretário de Administração, Senhor **MAURÍCIO CRISPINO GOMES**, brasileiro, domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional nº 70149, designado por meio da Portaria nº 717/2025-GP, de 3 de fevereiro de 2025, publicada no Diário da Justiça em 4 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, doravante denominada **CONTRATADA**, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: xx.xxx-xxx, Tel./Fax: (0xx) xxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme consta no Processo SEI nº 0017323-96.2025.8.14.0900.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente instrumento é a contratação sob demanda do serviço de locação de veículos automotores blindados e não blindados para atendimento das demandas das unidades judiciárias e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1 O Termo de Referência;

2.2 O Edital da Licitação 025/2026;

2.3 A Proposta do CONTRATADO;

2.4 2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As especificações técnicas e as quantidades do grupo e dos itens, estão descritas no termo de referência e seus anexos. Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no código CATSER do COMPRASNET e a constante no Termo de Referência, prevalecerá esta última.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência da contratação é de xx (xxxxxxx) meses, com início em xx de xxxxxxxxxxxx de 202x e término em xx de xxxxxxxxxxxx de 202x, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e em conformidade com os normativos internos do TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total do contrato é de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx) reais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor total estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusos tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente no Banco XXXXXXXX n.º XXX, Agência n.º XXXX, Conta Corrente n.º XXXXXXXX-X, mediante a apresentação de fatura emitida pelo contratado em correspondência ao objeto executado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **01/04/2026** conforme art. 89, § 1º da Instrução Normativa 02/2024 do TJPA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o interregno de um ano, e independente de pedido do contratado, os preços dos itens serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONO – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Contrato, bem como as disposições abaixo:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO QUARTO - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

PARÁGRAFO QUINTO - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO SEXTO - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

PARÁGRAFO OITAVO - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PARÁGRAFO NONO - Cientificar a Secretaria de Administração do PJPA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Administração deverá apreciar, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do protocolo do requerimento, as matérias tratadas no PARÁGRAFO NONO, podendo esse prazo ser prorrogado, de forma excepcional e mediante justificativa, por igual período, quando a análise demandar maior complexidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias, nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021, ressalvado em casos de maior complexidade, o prazo poderá ser estendido, mediante justificativa formal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O prazo previsto no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO e DÉCIMO SEGUNDO será suspenso nos casos em que for atestado a não entrega da documentação necessária para fundamentar a solicitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, conforme §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as disposições a seguir:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Disponibilizar número telefônico, e-mail ou outro meio hábil para contato pelo contratante, bem como os dados do responsável pelo atendimento

PARÁGRAFO SEGUNDO - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado entre as partes, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

PARÁGRAFO QUARTO - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 1990, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exista, o valor correspondente aos danos sofridos, assegurado o contraditório e ampla defesa;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO QUINTO - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SEXTO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

PARÁGRAFO OITAVO - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução contratual.

PARÁGRAFO NONO - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas no parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de extinção do contrato;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, de todos os veículos será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo o fornecimento de peças, lubrificantes e mão de obra, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO - Em caso de danos a terceiros a contratada deverá ser responsabilizada pelos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO PRIMEIRO - É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, bem como o disposto no Termo de Referência, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os dados obtidos em razão deste contrato administrativo somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO QUINTO - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever das partes eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

PARÁGRAFO SEXTO - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas contratações de serviços com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso opção pelo seguro-garantia, o contratado terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



- 1) A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 2) Caso o contratado não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 3) A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o CONTRATADO não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica indicada pela Secretaria de Planejamento do TJPA, com correção monetária.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- 1) O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

PARÁGRAFO NONO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- 1) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório;
- 2) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO DÉCIMO - Em caso de seguro - garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judícia, conforme art. 121, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, I.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- 1) A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 2) A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será aquela indicada no termo de referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As condições de manutenção e de assistência técnica, estão expressamente definidas no Termo de Referência, incluindo, os prazos de atendimento, forma de acionamento, abrangência dos serviços e responsabilidades da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções

2.1 Advertência;

2.1.1 - Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

2.1.2 - A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

2.2 Impedimento de licitar e contratar;

2.2.1 A contratada ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

2.2.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2.2.1.2 dar causa à inexecução total do contrato;

2.2.1.3 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

2.2.1.4 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



2.2.1.5 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

2.2.1.6 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

2.3.1 Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

2.3.1.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

2.3.1.2 fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;

2.3.1.3 comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza

2.3.1.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

2.3.1.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

2.4 Multa:

A aplicação se dará conforme o item– DAS SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES, do Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 58 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 7º, §1º da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 7º, da lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua notificação (art. 39 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo de apuração de responsabilidade que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021 e na Instrução Normativa n. 03/2024-GP que regulamentou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, o procedimento para apuração e aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 28 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, no art. 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



2.2 O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3 Indenizações e multas.

PARÁGRAFO QUINTO - O contrato também poderá ser extinto caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

PARÁGRAFO SEXTO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Tribunal de Justiça do Pará:

- Ação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
- Elemento de Despesa: xxxxxxxxxxxxxx
- Fonte: xxxxxxxx

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelo art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e não podem transfigurar o objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela equipe de gestão e fiscalização designado pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA INTERPRETAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/90 e observado a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

PARÁGRAFO ÚNICO - Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, o extrato do contrato deverá ser publicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário de Administração TJPA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Nome do representante da empresa